

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Especialização em EJA e Educação de Privados de Liberdade
Professora Orientadora: Dr. Laura Souza Fonseca

EJA: UM CAMPO EM ESTUDO

Débora da Silva Olivo

Porto Alegre, 2012.

Sumário

TÍTULO	1
SUMÁRIO	2
RESUMO.....	3
INTRODUÇÃO	4
OBJETIVOS	7
METODOLOGIA	8
1. A EJA.....	9
2. O CAMPO	13
3. A EJA E O CAMPO.....	16
4. A EJA PARA O CAMPO.....	20
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	30

Resumo

O presente trabalho busca argumentar em favor da efetivação da oferta da EJA no espaço do campo, a fim de identificar elementos que dificultam essa oferta, uma vez que ela não acontece na região mencionada neste trabalho, e de apresentar um modelo de projeto educativo que possa colaborar para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino nesse local.

Faz um estudo acerca da história da EJA e de suas possibilidades de oferta, principalmente naquilo que trata da Educação no e do Campo, salientando os aspectos sociais, históricos, políticos e culturais envolvidos na sua oferta no espaço mencionado, e demonstrando, através de uma metodologia de pesquisa que considera um setor público educativo e parte da população pertencente ao campo, a necessidade da organização de uma política educativa que proponha o acesso dessas pessoas à Educação de Jovens e Adultos, a fim de tornar efetivo esse dever do Estado e direito de todos.

Palavras - chave: EJA, CAMPO, OFERTA.

Abstract

This study aims to argue in favor of effective supply of EJA within the countryside in order to identify factors that hinder this offering, since it does not happen in the region that is mentioned in this paper, and to present a designed educational model that can contribute to the development of this type of education there.

It makes a study of the history of Education for Youths and Adults and of its possibilities of offering, especially in what concerns the education in and of the countryside, highlighting the social, historical, political and cultural aspects involved in its offering within the mentioned space, and demonstrating, through a researched methodology that considers an educational public sector and the population belonging to the countryside, the need of the organization of an educational policy to propose their access to Education for Youths and Adults in order to enforce that state's duty and right to all.

Key – words: EJA, COUNTRYSIDE, OFFERING.

Introdução

A educação de jovens e adultos é reconhecida como uma modalidade de ensino cuja oferta é prevista em lei, e que tem por finalidade garantir o direito à educação àqueles que a ela não tiveram acesso em idade própria.

Centrada nas funções reparadora, equalizadora e qualificadora (Parecer CEB 11/00), a EJA deve ser entendida como uma possibilidade para a universalização da educação, objetivada por políticas públicas educativas que reconhecem a importância dessa área para a formação do ser humano e da sociedade. Todavia, sua oferta, associada a um dever do Estado, ainda precisa de efetiva execução naquilo que concerne aos planos e às metas organizados por essas políticas (quando são organizados), uma vez que ela não abrange todos os locais onde se faz necessária. Exemplo da falta de oferta da EJA encontra-se em áreas como o campo¹, onde, segundo Miguel Arroyo (2005, p.10):

“persistem incrustados todos os problemas da educação: analfabetismo, crianças, adolescentes e jovens fora da escola, sem escolas, defasagem idade-série, repetência e reprovação, conteúdos inadequados, problemas de titulação, salários e carreira dos seus mestres...”

bem como a prática docente nesse ambiente permite confirmar.

O campo, por muito tempo entendido como local situado à margem da modernidade e dos progressos tecnológicos tem buscado, através de organizações “recentes” e de movimentos sociais que reivindicam seus direitos, principalmente no que refere à educação, oportunidades de acesso a esta, entendendo que cabe à educação promover o ser humano, habilitando-o a desenvolver-se no meio onde vive e do qual depende, bem como fora dele, contemplando as especificidades que esse local apresenta e sugerindo a formação integral do indivíduo pertencente a esse ambiente.

Embora existam documentos, pareceres e relatórios que se comprometam com a busca pela oferta efetiva da educação no campo, os quais foram elaborados em conferências, palestras, seminários, fóruns e encontros, organizados entre os poderes públicos e os grupos e movimentos sociais relacionados ao campo, que procuram a garantia de direito à educação nesse lugar, é possível notar, através da experiência educativa no campo e da (pouca) literatura referente a esse tema, que a necessidade de oferta da educação de jovens e adultos

¹ Entende-se pelo termo *campo* o espaço de terra localizado fora da zona urbana, destinado ao uso agrícola, como zona de cultivo ou de pastoreio.

no espaço citado é urgente, e que não só teoricamente, mas que na prática, a oferta da EJA torna-se cada vez mais imprescindível nesse local, uma vez que ela é uma forma de valorizar as relações e as condições de trabalho dos sujeitos pertencentes a esse meio, atendendo às suas necessidades de aprendizagem, servindo de estímulo às adaptações sociais e humanas e combatendo desigualdades que conferem ao campo um local inferiorizado na e pela sociedade. Além disso, é possível verificar que há interesse da população camponesa, destacados os adultos, em freqüentar essa modalidade de ensino; que há, em alguns casos, espaços disponíveis para ministrar as aulas, como, por exemplo, salões de igrejas situadas no campo, e que, com a prática educativa neste local, pode haver o contato dos participantes dessa modalidade com o ambiente natural que evidencia a real relação entre teoria e prática, facilitando os processos de aprendizagem dos envolvidos nesse movimento de educação, já que a EJA também deve considerar as especificidades que o campo sugere.

Não obstante, comprometer-se com uma educação que reconheça os processos formadores dos sujeitos do campo, capacitando os mesmos sujeitos a resgatarem seus valores sociais, culturais, e a contribuïrem para a história e para a memória desse grupo pertencente ao meio em questão, tornando os indivíduos capazes de evoluïrem intelectual e socialmente, reflete não só um benefício social, que põe em equidade o valor do campo com o da cidade, mas que também efetiva a oferta à educação a que todos têm direito.

Entretanto, havemos de salientar que mesmo que existam políticas relativas à implantação da EJA no local citado e que (algumas) escolas deste se proponham a oferecê-la à população camponesa, além de haver condição favorável à sua oferta, estes fatores ainda não determinam o real exercício do direito dessa população em ter acesso à educação de jovens e adultos. Cabe pesquisar, então, a respeito dos elementos que permeiam o desenvolvimento da EJA e sua efetiva oferta no campo, bem como avaliar a execução de propostas educativas relacionadas a ela, a fim de identificar os fatores que dificultam a consolidação do acesso da população do campo a esse direito individual e coletivo, e na tentativa de encontrar caminhos que viabilizem essa oferta à população rural, garantindo essa e o acesso à EJA no campo.

Entende-se aqui, que seja necessário refletir sobre os processos históricos, sociais e educativos relativos à educação no campo, com o intuito de considerar as particularidades que esse ambiente apresenta, e de salientar as propostas educativas voltadas à EJA nesse local, para tentar propor, nesse meio, métodos de oferta da EJA à população que nele vive e sobrevive e que anseia pelo seu desenvolvimento.

É relevante apontar para a necessidade de pesquisas e de estudos acadêmicos voltados à EJA no campo, visto que essas abrangem apenas 2% do que é nele pesquisado, sendo menos de 1% desses estudos relacionados à educação (ARROYO, 2005), a fim de salientar os valores que compõem as especificidades desse ambiente e de contribuir para o seu desenvolvimento, resultando em um reconhecimento da dependência da sociedade em geral desse meio, bem como das pessoas que nele habitam e em uma devida valorização, por parte de propostas educativas, desse ambiente. Portanto, serão abordados neste estudo conceitos relativos à EJA, e sua relevância na proposta de universalização da educação, bem como as leis que a definem como direito do indivíduo e dever do Estado; o campo, seus processos de desenvolvimento de organizações e representações sociais vinculadas à Educação; a relação existente entre a EJA e o campo; exemplos de interesse da população camponesa em freqüentar a EJA, bem como exemplos de justificativas para a dificuldade de sua oferta no espaço referido, demonstrados através de questionários destinados tanto para o setor público relativo à Educação, quanto para a população camponesa pertencentes ao município de Gravataí/RS, no intuito de identificar os elementos que dificultam a oferta da EJA no campo e de, então, sugerir maneiras de amenizá-los e de tornar possível essa oferta.

Objetivos

Gerais

- Firmar o valor social e humano que a EJA constitui e salientar motivos pelos quais ela também é considerada à margem de políticas públicas e educacionais;
- Compreender o percurso realizado por organizações do campo na busca pelo acesso à educação, principalmente no que se refere à EJA;
- Entender os processos determinantes para que a oferta da EJA no campo seja realmente efetivada;
- Identificar os elementos que dificultam a oferta da EJA no campo;
- Comprovar o interesse da população camponesa em frequentar a EJA e sugerir meios que viabilizem a sua oferta no espaço do campo.

Específicos

- Argumentar em favor da efetivação da oferta da EJA no espaço do campo, situado no município de Gravataí/RS;
- Sugerir o uso da *Pedagogia da Alternância* como meio facilitador para a oferta da EJA no campo.

Metodologia

O presente estudo utilizará a metodologia de pesquisa qualitativa, organizada em forma de questionários estruturados, anexos a este, destinados à população camponesa e à SMED (Secretaria Municipal de Educação, de Gravataí), a fim de compreender as realidades envolvidas naquilo que refere à Educação de Jovens e Adultos no espaço do campo.

A identificação dos participantes da pesquisa será preservada, visto que o intuito deste trabalho não é de expor ou de comprometer-los com a organização do projeto educativo sugerido, e nem de culpar pessoas pelo não cumprimento de um dos direitos relativos à Educação, estabelecidos por leis constitucionais, mas sim, é objetivo do mesmo, colaborar para tornar real a oferta dessa modalidade de ensino no espaço considerado. Serão levados em conta, nas entrevistas destinadas à população camponesa, dados referentes à idade, à cor, à raça e ao sexo dos pesquisados, a fim de verificar as possibilidades de participação desses na EJA e de constatar a sua necessidade no espaço referido. Na entrevista destinada à SMED, o tempo de atuação no setor responsável pela EJA e o cargo exercido das entrevistadas serão mencionados, a fim de compreender as justificativas dadas naquilo que trata da oferta da EJA no espaço do campo, na cidade de Gravataí.

1. A EJA

Os processos educativos referentes à educação de jovens e adultos demonstram a necessária vinculação da EJA a movimentos populares de cunho social e cultural, oriundos não apenas da década de 60, quando Paulo Freire sugere uma pedagogia que contemple a real necessidade de aprendizagem dos educandos adultos, mas também de movimentos advindos da época em que o Brasil foi encontrado, momento no qual a intenção catequizadora dos padres jesuítas era posta em prática.

Associada a movimentos como o MCP (Movimento de Cultura Popular), o CPC (Centro Popular de Cultura), o MEB (Movimento de Educação de Base) e ao Programa Nacional de Alfabetização do MEC (Ministério da Educação), os quais afirmaram o caráter social da EJA, bem como demonstraram a necessidade de sua oferta, a história da Educação de Jovens e Adultos percorre caminhos que definem diferentes perspectivas, como salienta Márcia Coiro (2003-2006) ao dizer que a EJA:

“até os anos 40, é uma extensão da educação formal, de forma compensatória e complementar; nos anos 50, é vista como educação de base, como desenvolvimento comunitário; nos anos 60, como educação libertadora, conscientizadora, bem como educação funcional, aquela que prepara mão-de-obra produtiva.” (p.19),

revelando a mudança de prioridades educacionais, uma vez que os interesses populares já não são mais predominantes na Educação de Jovens e Adultos, e que o direcionamento dos aprendizes ao mundo do trabalho e à possibilidade de garantir mão de obra a esse sistema começa a ser considerado. Predominam neste momento, interesses relacionados ao sistema educacional, datados a partir de 1967, quando o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) assume a função de garantir a aceleração dos estudos àqueles que a eles não tiveram acesso em idade considerada regular para tal prática. Em seguida, a implantação do Ensino Supletivo, em 1971, reforça a idéia de que a estrutura da EJA começa a depender de uma política pública que assegure condições de sua oferta, já que ela passa a ser considerada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 5692/71, onde uma de suas finalidades, entendida a EJA como Ensino Supletivo, é “*suprir, a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;*” (LDBEN Nº 5692/71, CAPÍTULO IV - Do Ensino Supletivo). Ao firmar compromisso com a oferta da EJA, a LDB constitui parâmetros que nortearão os direitos e os deveres referentes

à área da Educação, dizendo que cabe ao Estado a oferta de ensino, em estabelecimentos públicos, entendendo que a composição dos níveis escolares acontece através da educação básica, composta pela educação infantil, pelo ensino fundamental, pelo ensino médio e, também, pela educação de jovens e adultos (Art. 37- LDB9394/96), assim como a Constituição Federal (2004), em seu artigo 208, do Capítulo III, diz que a oferta (dever do Estado), do ensino fundamental deve ser assegurada inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, o que legitima a presença da EJA na elaboração de alguma política pública, mesmo que efetivamente sua oferta não seja garantida em todos os estabelecimentos de ensino ou pelo menos naqueles em que seu desenvolvimento se faz necessário, como no espaço do campo, por exemplo.

Tempos idos e marcados por diferentes concepções acerca da EJA, é permitido observar que ela sempre esteve à margem daquilo que pode ser considerada educação de qualidade, visto que ela apresenta dificuldades quanto à sua oferta, já que não está presente em alguns lugares onde se faz indispensável; quanto à formação de educadores que nela estão inseridos, uma vez que não há ainda parâmetros que definam o perfil do educador de jovens e adultos, como salienta Miguel Arroyo (2006), bem como há uma escassez de possibilidades de formação desses professores, que priorize a EJA, sendo notável a sua ausência em instituições de ensino superior; quanto à garantia de acesso e de frequência dos jovens e dos adultos que a ela se destinam, visto que há um alto índice de evasão dos alunos nela matriculados nas escolas que a oferecem; quanto às especificidades que esses grupos de aprendizes apresentam, uma vez que são variados os seus interesses, estando uns relacionados ao mundo do trabalho, enquanto outros consideram a possibilidade de acelerar os estudos; quanto à falta de valorização dos saberes que compõem o processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos pertencentes à EJA; e quanto à organização curricular proposta pelas instituições de ensino, uma vez que há ações que ainda não consideram as expectativas dos alunos, como salienta Julieta Ida Dallepiane ao se referir às metodologias de ensino presentes na EJA, dizendo que:

“as que estão em vigor não contemplam as expectativas e necessidades dos alunos inseridos em turmas de escolarização dissociada de sua faixa etária, nem dos professores que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e Médio com turmas de educação de jovens e adultos,” (p.68)

Entretanto, é relevante apresentar argumentos que defendam a continuidade e a ampliação da oferta dessa modalidade de ensino, visando uma maior consideração, não

somente por parte do poder público com relação às propostas educativas referentes à EJA, mas também por parte da sociedade em geral que, em alguns casos, considera a Educação de Jovens e Adultos como um benefício concedido àqueles que não o merecem, pois julgam que estes não aproveitaram para estudar quando deviam fazê-lo, reduzindo a EJA aos marginalizados da e pela sociedade. Portanto, é preciso salientar que a EJA, constituída a partir de movimentos populares e com o objetivo de oferecer o ensino aos jovens e aos adultos, contemplando seus interesses individuais e sociais, além de contribuir para a diminuição dos índices de baixa escolaridade dos indivíduos jovens e adultos, está centrada nas funções *reparadora*, a qual tem por finalidade oferecer a educação a todos os indivíduos; a função *equalizadora*, entendida como alvo de políticas que visem garantir a permanência desses sujeitos na EJA; e a função *qualificadora*, que busca a formação contínua de todos os envolvidos nos processos educativos que ela apresenta. Além disso, essa modalidade de ensino, construída com características próprias de seus sujeitos e de políticas públicas que a reconheçam como fundamental à formação educativa, representa um direito humano e constitucional a ser contemplado, visto que a sua oferta é prevista em leis, como aquelas mencionadas anteriormente, tendo como prioridade a erradicação do analfabetismo da população rural e urbana, como salienta Márcia Coiro (2003-2006, p. 33). Para Leôncio Soares (apud COIRO 2003-2006):

“A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Pois a educação possibilita (...) a jovens e adultos retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado.” (p. 47)

A partir desta concepção, torna-se relevante mencionar a relação da EJA com o mundo do trabalho, uma vez que este influencia o desenvolvimento desta, que deve considerá-lo como uma de suas especificidades, já que adultos e também jovens pertencentes à EJA estão vinculados, em sua maioria, a alguma forma de trabalho. Gaudêncio Frigotto (1983), ao se referir a essa relação, aponta para as imposições do sistema capitalista acerca do que pode ser considerado trabalho, salientando que este termo está mais vinculado à força (braçal) exercida pelo trabalhador do que à capacidade do mesmo de entender o trabalho como uma *“relação social que os homens estabelecem na produção de sua existência.”* (p.2). Para o mesmo autor,

“(...) o trabalho que é ação dirigida com o fim de criar bens úteis, valores de uso, forma de apropriar-se dos elementos da natureza para satisfazer necessidades humanas, condição do intercâmbio entre homem e natureza, condição do próprio devir humano- aparece sob a determinação social e histórica de trabalho abstrato, um trabalho separado dos sujeitos- força de trabalho, mercadoria. (p. 40)

É possível perceber que, se por um lado, os trabalhadores, destinados à EJA, não se encontram em condições favoráveis ao seu pleno exercício de relação com o que é produzido pelo seu próprio esforço, por outro, eles reconhecem na Educação de Jovens e Adultos as possibilidades de, de alguma forma, produzirem sentido nas suas relações sociais e de sua existência. Se é na EJA que essas relações contribuem para os processos educativos dos seres humanos trabalhadores, havemos de pensar, então, acerca das condições que favorecem a sua oferta e também sobre os impedimentos encontrados nessa tentativa.

Trabalhadores situados não apenas na zona urbana/cidade, exercendo funções em fábricas, indústrias, comércio, sendo manipulados pelo sistema que visa ao seu lucro imediato, não são os únicos indivíduos a terem direito à Educação de Jovens e Adultos, visto que este é um direito constitucional. A zona rural, entendida como campo, onde, segundo Roseli Salete Caldart os sujeitos são

“sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores, apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo...” (p.152)

também precisa ser contemplada com a oferta prática da EJA, já que neste local existem índices elevados de analfabetismo e de jovens e adultos com baixa escolaridade, e onde a oferta da EJA deve contribuir para a formação integral desses indivíduos, visto que os adolescentes destinados a ela também têm direito à educação, sendo-lhes, segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/1990), em seu artigo 53, do capítulo IV, assegurado o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, fato que reforça a competência do Estado de oferecer a EJA no campo.

2. O CAMPO

Historicamente o campo designa um espaço onde as relações do indivíduo com a terra, sua propriedade, se estabelecem a partir de sua dependência da mesma para a garantia da sobrevivência desse indivíduo, como a de outros, em que o trabalho agrícola é exercido em benefício de muitos, e onde o rendimento salarial, em função das possibilidades locais, não garante a subsistência dos sujeitos pertencentes a esse espaço, conferindo ao campo uma situação socioeconômica desfavorável se comparado à cidade. Devido a isso e a outros fatores, como a baixa escolarização das pessoas pertencentes ao campo, este espaço foi, e parece que ainda seja, associado a um lugar atrasado tecnologicamente, onde vivem pessoas incultas e sem condições de evoluírem no seu meio, na sua história e na sua cultura, já que elas não são totalmente dependentes do sistema capitalista, no qual o entendimento acerca do consumo em massa rege a sociedade, e visto que essas mesmas pessoas mantêm costumes e práticas que remetem ao período da colonização do Brasil, quando a agricultura, a caça e a pesca eram a base da sobrevivência humana, atividades associadas também à população indígena.

Em contrapartida, é possível observar que, através das práticas trabalhistas no campo, constitui-se uma educação, uma história, uma cultura e uma realidade que englobam elementos particulares originados dessas relações, das crenças míticas e religiosas manifestadas pelas pessoas nele inseridas, atribuindo a esse local, especificidades a serem consideradas tanto por parte de políticas governamentais, como também pelas políticas educativas a ele destinadas, considerando os valores nele construídos.

Em função do exposto, faz-se necessária uma proposta de revalorização do campo, que, segundo a Conferência Nacional *Por Uma Educação Básica do Campo*, realizada em 1998, em Luziânia/GO, respeite e que considere suas particularidades, visto que

“O campo tem sua especificidade. Não somente pela histórica precarização das escolas rurais, mas pelas especificidades de uma realidade social, política, econômica cultural e organizativa, complexa que incorpora diferentes espaços, formas e sujeitos. Além disso, os povos do campo também são diversos nos pertencimentos étnico, raciais, povos indígenas, quilombolas... Toda essa diversidade de coletivos humanos apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologias, valores, culturas...”(p. 5)

No que concerne às práticas e aos saberes do campo, os quais são desenvolvidos desde que o indivíduo é criança, é possível notar que eles resultam também em uma ampliação das

relações humanas, já que as ações não dependem apenas de um indivíduo. O trabalho agrícola, por exemplo, sugere a unificação de trabalhadores que buscam desenvolver suas competências e suas habilidades dentro da realidade a que pertencem, tornando-se essa forma de trabalho uma das maneiras de pôr em prática o exercício da cidadania desse grupo de trabalhadores, que possuem alguns direitos constitucionais negados, dentre eles a oferta da educação de jovens e adultos. Reconhecendo a importância desta para a formação do ser humano, bem como para o exercício das habilidades a que esses trabalhadores devem ser estimulados a desenvolverem, a fim de aprimorarem suas ações no campo e de constituírem um espaço identificado, assim como a cidade, por processos de desenvolvimentos sociais, históricos, culturais e educacionais, sem, com isso, querer seguir os modelos sociais nela apresentados, a população do campo tem procurado, em tempos mais recentes, mas não tão atuais, ter acesso a essa educação, buscando, através de organizações definidas como movimentos sociais ou populares, ter seu direito a ela legitimado.

A fim de garantir a oferta da educação no campo, bem como de reivindicar o direito pela terra, pela moradia, pela Reforma Agrária², esses movimentos admitem a necessidade de uma política de organização que possa lhes dar credibilidade diante das políticas responsáveis pela elaboração dos projetos que atendam às suas solicitações e que estejam dispostas a agirem em nome das necessidades dos grupos do campo, com o intuito de garantir à população camponesa uma melhoria na sua qualidade de vida. Exemplo desse movimento é encontrado no MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), o qual corresponde a *“um dos sujeitos sociais que vêm pondo o campo em movimento através da sua luta incansável para que se realize a Reforma Agrária no Brasil”*, conforme salienta Caldart (2005, p. 90). Segundo dados do Conselho Nacional de Educação, a quem compete avaliar e formular a política nacional de educação, bem como zelar pela qualidade do ensino, entre outras atribuições, a formação inicial do MST buscava garantir a conquista da terra (1975-1985) aos trabalhadores do campo. Mais tarde, esses trabalhadores passaram a entender que o seu acesso à educação deveria assumir uma posição significativa dentro do movimento social, uma vez que este considerava que a *“continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social.”* Cabia à educação oferecer esses conhecimentos.

² Reforma agrária é entendida aqui como o conjunto de medidas utilizadas para promover melhores condições de permanência das pessoas no campo, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

Justificativas para as ações desses movimentos de busca à efetiva oferta do direito constitucional e humano à Educação também se encontram no fato de haver, no campo, um índice elevado de analfabetos ou de pessoas com baixa escolaridade, que não tiveram oportunidade de concluírem seus estudos na idade apropriada, como demonstram dados do IBGE³, os quais foram colhidos no ano de 2001, mas que ainda persistem na atualidade.

Instituída a Educação como uma das prioridades do MST e de outros movimentos sociais, a exigência de sua oferta torna-se mais evidente. Começam, então, discussões, encontros e fóruns entre poderes públicos e estes movimentos sociais, que buscam elaborar propostas educativas voltadas à população rural, levando em conta também a oferta da EJA no campo, além de definir ações e compromissos a serem alcançados e postos em prática na zona em questão, garantindo a qualidade da educação no campo.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

3. A EJA E O CAMPO

O empenho por melhorias na qualidade da educação destinada à população inserida no campo e dependente deste meio para a sua sobrevivência tem demonstrado um interesse de grupos e de movimentos sociais, como o apresentado anteriormente (o MST), que adquirem importância, neste cenário, por reivindicarem os seus direitos, os quais estão estabelecidos por lei, principalmente no que concerne ao direito à educação, previsto na LDB/96. É possível observar que os grupos interessados em efetivar o cumprimento da oferta da educação destinada à população pertencente à zona rural assumiram um caráter de movimentos organizados a partir dos anos 60, quando a necessidade de relacionar os interesses rurais, neste caso o direito à educação, inclusive a de jovens e adultos, com uma política de governo que contemplasse as necessidades dessa população, foi identificada. Entretanto, é a partir dos anos de 1980 e de 1990 que as organizações se estabelecem, em forma de movimentos sindicais, movimentos sociais, ou através de movimentos de trabalhadores, identificando e denunciando problemas relacionados à vida no campo, e estabelecendo, então, metas que buscassem garantir os direitos dos cidadãos do campo, as quais foram elaboradas através de encontros, seminários e conferências onde questões como a educação no e do campo foram discutidas, resultando em termos e em documentos que buscam zelar por essa oferta e pelo cumprimento do direito à Educação.

Dentre esses documentos e termos estão os relatórios elaborados pelo Conselho Nacional de Educação, que datam de 2006, 2007 e 2008, e que argumentam em favor da aplicação da Pedagogia da Alternância no campo, a qual visa oferecer a EJA, através do uso de metodologias que considerem as condições e os objetivos de vida dos alunos, promovendo sua melhoria no meio em que vivem. Além disso, essa forma de oferta da EJA aponta para a necessidade de alterações naquilo que é previsto em lei, como o calendário escolar, a carga horária das aulas, o plano curricular que define os conteúdos a serem desenvolvidos com as turmas, e os dias letivos os quais são identificados como *“um dos principais elementos que vêm dificultando o reconhecimento dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) para a certificação dos seus alunos.”* (CNE, 2006, p. 1). Baseada na tese de doutorado de João Batista Queiroz⁴ (2004), o relatório elaborado em 2006 aborda experiências realizadas com a Pedagogia da Alternância, a qual promoveu a

⁴ Ele atua com as Escolas de Inserção em Licenciatura em Educação no Campo, da Universidade de Brasília (DF).

educação em escolas, em grupos e em centros familiares, contemplados com a oferta da EJA no campo. O relatório afirma que essa proposta de oferta da EJA atingiu localidades de todas as regiões brasileiras, sendo constituída por cursos técnicos e profissionalizantes, como aconteceu com o *Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais* (o PROJOVEM). Segundo o documento em questão, os Centros Familiares, constituídos por pais, famílias, profissionais e instituições, promotores da Pedagogia da Alternância objetivaram (e ainda o fazem),

“a melhoria da qualidade de vida das famílias pela aplicação de conhecimentos técnico-administrativos e o estímulo no jovem do sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo e solidário, até a introdução de práticas relacionadas às ações de saúde, nutrição e de cultura das comunidades”,

fornecendo certificados de conclusão de curso, diplomas de formação profissional e histórico escolar aos alunos pertencentes a essa organização educativa. Considerando artigos da LDB/96, referentes à oferta da EJA, a Pedagogia da Alternância busca zelar pela realização das atividades escolares em sala de aula e em ambientes familiares, onde os saberes comunitários são relevantes para os processos de aprendizagem e de ensino. Marlene Ribeiro (2008) ao tratar da Pedagogia da Alternância, aponta para a possibilidade de alternar e de relacionar os tempos de estudo na escola com os tempos de trabalho na comunidade, salientando a influência de Paulo Freire no trabalho pedagógico desenvolvido por monitores que partem de questões concernentes à realidade dos grupos de alunos para elaborarem os temas geradores e as propostas educativas a serem efetivadas. Para a autora, o princípio da cooperação é o que deve reger a Pedagogia da Alternância, visto que esta objetiva a vivência de experiências e a aplicação de saberes na comunidade envolvida nesse processo, voltando-se para a formação do cidadão para atuar na organização dessa comunidade, tendo a humanização como perspectiva. Para a mesma autora,

“Esta educação escolar, portanto, conjuga-se como uma formação humanista para a vida pessoal, tendo por alicerce o compromisso com o desenvolvimento local, regional e nacional.” (p.66)

Quanto ao relatório de 2007, nota-se o interesse das partes construtoras deste em reconhecer a importância da educação do campo com as especificidades que ele possui, em entender a educação como possibilidade de progresso para que os residentes deste espaço nele permaneçam, e não sendo ela uma forma de expulsá-los do campo para a cidade, visando desmistificar a idéia de que é nesta que há qualidade da educação.

O relatório salienta a necessidade de se trabalhar com modelos de educação que superem a idéia de ser a cidade superior ao campo, identificando elementos que constituem a educação do campo, tais como o material didático a ser utilizado, a relação de companheirismo entre professor-aluno, já que esses parecem ser simpatizantes da reforma agrária, e os conteúdos que incluam a história dos movimentos sociais como o MST.

No que concerne ao relatório de 2008, é possível notar a elaboração de diretrizes que auxiliam para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à educação básica do campo, salientando também a educação de jovens e adultos. O documento menciona aspectos a serem considerados para a efetivação da oferta da educação no campo, dentre os quais estão questões relativas ao transporte escolar, às alterações dos espaços escolares para atender aos portadores de necessidades especiais, aos cuidados quanto às turmas com níveis variados de aprendizagem, à formação dos professores, ao planejamento e à qualidade da educação a ser oferecida, demonstrando as dificuldades para essa oferta, bem como a necessidade da inclusão de uma política pública voltada a ela.

As *Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo*, proposta educativa elaborada em 2004 pelo GPT (Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo - MEC) fornece dados, atuais até aquele momento, que consideram as condições socioeconômicas da população do campo, o perfil da educação destinada a este espaço, contemplando as regiões do Brasil e exemplificando, através de tabelas, os índices de pessoas que não concluíram os estudos, bem como daquelas que estão matriculadas em escolas. Além disso, o estudo aborda as regiões do Brasil que contêm maior e menor quantidade de analfabetos e de pessoas que não tiveram acesso à escolarização ou que não concluíram os estudos, com a intenção de traçar um perfil referente à população pertencente ao campo, bem como de sugerir indicadores a serem levados em conta na elaboração de políticas públicas, as quais priorizem a educação no campo, considerando também, a Educação de Jovens e Adultos, já que é neste local, principalmente, onde esta oferta é indispensável.

O estudo referido pressupõe uma política de educação para o campo considerando esta como direito constitucional e como estratégia de desenvolvimento sustentável, mencionando os princípios educativos de identidade do campo que devem reger a educação deste e neste espaço.

Considerando o decreto 7.352/2010, que dispõe sobre a educação do campo, assinado pelo Presidente Lula, nota-se a formulação de uma política pública mais atual que

busca “II - fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental;”, reduzindo os índices de analfabetismo no campo através da oferta da EJA. Neste documento, a responsabilidade do Estado perante a oferta da EJA é exposta, visto que o mesmo, com a colaboração dos municípios, do governo federal e do distrito federal, pretende garantir os meios para que a oferta da EJA se torne efetiva no campo, tais como transporte, materiais didáticos, formação de professores, recursos tecnológicos, pedagógicos, geográficos, culturais..., destacando o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) como uma das possibilidades de execução do projeto educativo que inclui a EJA.

No que resulta das conferências, dos seminários e dos encontros aqui expostos, que discutem a educação em seu sentido amplo, sendo foco deste trabalho a educação de jovens e adultos, nota-se a quantidade extensa e o detalhamento de propostas a serem alcançadas com relação à educação do campo, as quais são entendidas como desafios a serem enfrentados tanto pelos movimentos sociais que reivindicam seu direito a ela quanto pelas políticas públicas que atendem às solicitações desses grupos ou que pretendem fazê-lo. Vale salientar que neste estudo monográfico, foram mencionadas apenas realidades teóricas, mesmo que resultantes de alguma prática, como é o caso da *Pedagogia da Alternância*, e aplicáveis enquanto proposta, mas não eficientemente enquanto ação, já que é possível reconhecer a inexistência da oferta da EJA no campo, considerando a realidade da região aqui mencionada, mesmo que essa oferta seja necessária, inclusive, neste espaço.

4. A EJA PARA O CAMPO

No que se refere à oferta da EJA no campo, é permitido constatar que, para que ela se torne efetiva, muitos desafios devem ser enfrentados, tais como a garantia do transporte escolar que assegure boas condições de viagem aos envolvidos nesse processo educativo, a disposição dos horários para a organização das aulas, as alterações relativas ao calendário escolar, ao plano curricular, as condições favoráveis ou não para o desenvolvimento das aulas, a carga horária das aulas e os dias letivos, entre outros, que estão relacionados à elaboração de uma política pública que defenda essa oferta. Paulo Freire, ao tratar do processo educativo salienta que as metodologias nele envolvidas devem considerar as necessidades de aprendizagem dos educandos, a fim de que esta se torne relevante, promovendo sentido desta aprendizagem para os mesmos. Portanto, tudo que está associado ao processo educativo deve ser levado em conta na oferta da EJA no campo.

Como observado até aqui, o uso da Pedagogia da Alternância demonstra um exemplo de como a educação no campo pode acontecer de forma eficaz. Entretanto, sabemos que não há oferta da EJA em todos os espaços do campo, mesmo que ela seja um dever do Estado (LDB/96) e um direito de todos a ser cumprido. Saber o porquê da falta da EJA no campo e identificar os elementos que impedem ou que dificultam a sua oferta é algo que merece atenção, visto que o campo concentra um número elevado de pessoas que não concluíram os estudos em idade própria ou que não tiveram acesso à vida escolar, como já referido anteriormente.

Relevante é salientar que as pessoas residentes no espaço em questão, ainda que não tenham tido acesso à vida escolar, ou que a tenham tido de forma restrita, demonstram interesse em, na vida adulta, participarem do desenvolvimento da EJA no campo, pois reconhecem a importância dos estudos para a sua formação como seres humanos e sociais, entendendo nestes estudos, possibilidades para uma melhoria na sua qualidade de vida.

Os argumentos para essa reflexão encontram-se na prática educativa no campo, bem como na bibliografia referente a esse tema, sendo considerados aqui questionários respondidos pelos interessados em frequentar a EJA, ou seja, por aqueles que têm o direito à sua oferta, e por representantes do setor público, a quem compete zelar por essa oferta e/ou contribuir para que ela aconteça.

Particularizamos neste estudo, um exemplo referente à cidade de Gravataí/RS, onde não há a oferta da EJA no campo, mesmo que exista possibilidade de participação dos

moradores do campo para o desenvolvimento dessa oferta. Comprovam essa afirmação, os questionários anexados a este estudo, os quais foram respondidos por algumas pessoas que vivem no campo e que têm algum vínculo com a escola de ensino fundamental do local, como filho(s) que estuda(m) nas séries iniciais, sobrinhos, netos. Abaixo, seguem algumas das falas de alguns entrevistados, a fim de demonstrarem o interesse dos mesmos em freqüentar a EJA, respondendo às questões 1. Você gostaria de ter acesso novamente à escola? Por quê? e 2. Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você freqüentaria as aulas?:

1. *“Gostaria, para ter outras oportunidades*
2. *Com certeza”*

1. *“Sim por que eu costaria de concluir o restante do estudo*
2. *Sim”*

1. *“Sim porque, sem estudos hoje em dia não se consegue mais nada, então eu quero voltar a estudar o mais rápido possível para conseguir alcançar minhas metas.*
2. *Sem dúvidas, o que eu mais quero é voltar pra escola, me formar e ser alguém na vida.”*

É interessante mencionar que as pessoas que colaboraram com esta pesquisa têm idade entre 17 e 52 anos, sendo a maior parte dos entrevistados de cor branca e do sexo feminino, fato que irá requerer além de outros ajustes, adaptação da oferta da EJA com relação aos horários das aulas, caso essa oferta se torne efetiva no local indicado.

Reconhecendo o interesse público na participação da EJA, se fez necessário e apropriado a esta pesquisa, buscar justificativas que revelassem motivos que dificultam ou que impedem a oferta da EJA no campo. A fim de entender o porquê da falta dessa oferta, a SMED (Secretaria Municipal de Educação) foi contatada. A entrevista, anexa a este estudo, e realizada com algumas professoras e assessoras desse setor público contemplava questões a serem discutidas, como a necessidade da oferta da EJA em escolas do campo na cidade referida, o porquê de não haver essa oferta no campo, já que neste espaço ela é indispensável, os fatores que impedem ou que dificultam essa oferta, a identificação dos setores responsáveis pela mesma e as possibilidades de efetivá-la. Foi possível constatar, então, que a oferta da EJA, segundo a SMED, requer algum investimento financeiro por

parte da política pública da cidade mencionada, e que essa oferta não acontece, possivelmente, por não haver demanda de alunos que busquem o cumprimento desse dever do Estado. Além disso, por não ter sido incentivada a ser ofertada à população do campo, a EJA não esteve, até o momento, em discussão para que sua oferta acontecesse. Há na cidade, dez escolas que disponibilizam a Educação de Jovens e Adultos, concentradas, porém, em zonas urbanas, organizadas sob as formas de EJA e de CEREJA, a qual tem uma intenção de proporcionar alguma aprendizagem artesanal, ou de cunho mais voltado ao desenvolvimento de técnicas que visem a elaboração de produtos que possam contribuir para o rendimento salarial das famílias participantes deste projeto.

Sabe-se, segundo as informações obtidas no setor em questão, que, até o presente momento, nenhuma tentativa de se oferecer a EJA no campo foi realizada, já que não há dados que comprovem esse interesse. Há informações acerca da escolaridade das pessoas registradas em fichas de matrículas de alunos, as quais revelam a baixa escolarização dos familiares desses alunos, e que apontam para uma totalidade de 80% de pessoas que não concluíram o ensino fundamental, e as quais se encontram na secretaria da escola aqui considerada.⁵

Quanto à idéia de ‘marginalização’ da EJA, é notável que, se as organizações pedagógicas e públicas já não contemplam a EJA de forma significativa, uma vez que o foco da oferta da educação é o ensino fundamental regular, competência do município, no campo, então, essa oferta se torna mais trabalhosa ainda, pois requer não somente uma proposta pedagógica destinada aos jovens e aos adultos em questão, mas que essa proposta dependa de um sistema que cumpra com o papel de oferecer esse direito de todos e dever de alguns e, já que isso não acontece, a EJA no campo fica marginalizada nos processos e nos planos que a deveriam contemplar. Sérgio Celani Leite (1999, p. 19), ao tratar da relação (de dependência) entre o Estado, o Capitalismo e a Educação, argumenta que, mesmo que o Estado seja o mantenedor da economia e dos recursos financeiros, assim como o é de projetos de investimentos desses, não cabe a ele apenas essa função. É preciso que esse Estado interfira, com planejamentos que visem zelar pelo cumprimento das leis constitucionais e humanas, no *“processo educativo, na implantação de uma política educacional em função deste mesmo Estado.”*

⁵ Informação fornecida pela secretaria da escola, a qual tem acesso às fichas cadastrais de matrículas que apresentam a baixa escolarização dos familiares dos alunos pertencentes à escola em questão, os quais são os mesmos que responderam ao questionário elaborado para esta pesquisa.

Percebe-se assim, o quanto a Educação, assim como outras áreas, está ligada à organização política de um Estado e dependente da mesma para obter resultado e efetividade de projetos destinados à população, camponesa neste caso, quando estes existem.

No que trata da formação de professores destinados ao trabalho em EJA no campo, a SMED salientou que essa não existe, já que não há, no município em questão, a oferta da EJA no campo. Porém, há cursos e formação de professores que atuam em escolas deste local. Acredita-se que seja necessário mencionar a formação de professores em EJA, a fim de demonstrar a necessidade desta para tentar atender aos anseios dos educandos. Miguel Arroyo (2006, p. 18), ao discutir sobre esse tema, aponta para a dificuldade de se construir um perfil de educador da EJA, uma vez que não há, ainda, políticas bem definidas para essa modalidade de ensino. O autor salienta que, embora o MEC esteja assumindo a elaboração da EJA, ajustes quanto ao foco que se pretende alcançar ainda precisam ser realizados e, numa perspectiva positiva, isso já está sendo desenvolvido.⁶

Leôncio Soares (2005, p. 125), ao tratar do mesmo assunto, aponta para o caráter social da EJA, salientando o desenvolvimento desta através de ações voluntárias, as quais não dependem de formação específica de professores para que a EJA aconteça. O autor salienta que devido, também, a não especialização de um professor da Educação de Jovens e Adultos, esta é entendida como forma de educação social, onde a experiência desses educadores sociais pode contribuir para a constituição do perfil do educador dessa área, uma vez que adaptações e reformas nesta modalidade de ensino podem ser feitas através de suas análises.

Durante os questionamentos acerca da necessidade da oferta da EJA no campo, foi referida a competência do setor responsável pelo levantamento de dados que identifiquem o campo como local onde a EJA deveria ser oferecida. Segundo a resposta obtida, cabe à Central de Vagas, setor público que identifica a existência de vagas nas escolas e que encaminha os alunos a essas vagas, reconhecer a necessidade da oferta da EJA no campo e providenciá-la. É relevante dizer que, segundo a secretaria da escola aqui referida, o Censo Escolar, realizado pelo governo federal, obtém os índices de pessoas que não concluíram os estudos, porém a divulgação é feita apenas daqueles que estão matriculados.

Com base nessas referências, é possível observar que a oferta da EJA no campo, embora seja um direito constitucional e um dever do Estado, requer uma organização ou um movimento social que a busque, como aconteceu no MST, por exemplo, onde líderes desse

⁶ Exemplo disso é o curso de Pós –Graduação em EJA, que prioriza a formação de professores dessa área.

movimento reconheceram seu direito à Educação e lutaram para que ele fosse efetivado, através da Pedagogia da Alternância ou de outras formas que viabilizaram a Educação de Jovens e Adultos para aqueles que dela precisavam.

Devemos pensar que, se a cultura do campo se reduz à baixa escolarização, a falta de informação das pessoas residentes neste espaço com relação a este assunto não permite, então, que as mesmas busquem o exercício do seu direito à EJA. Como as entrevistas comprovam, as pessoas participantes desta pesquisa demonstram a desinformação das mesmas naquilo que é referente à responsabilidade pela oferta da EJA.

Segundo a SMED do local referido, não há demanda de alunos que comprovem a necessidade da oferta da EJA no campo, porém, as entrevistas realizadas nesta pesquisa permitem constatar que há interesse dessas pessoas em terem acesso à EJA. Entretanto, elas não sabem que podem recorrer a setores públicos para reivindicarem seus direitos, ou pelo menos, àquele que se refere à Educação, na tentativa de que esse direito seja cumprido.

Conclusão

A organização deste estudo se fez de modo a argumentar em favor da oferta da Educação de Jovens e Adultos no campo, visto que ela representa a execução de um direito humano e constitucional e que há necessidade da mesma, nesse espaço. Além disso, pretendeu identificar os motivos pelos quais a oferta da EJA não acontece em uma localidade do campo, e de sugerir meios que possam permiti-la nesse espaço, reconhecendo que as pessoas nele residentes também têm direito ao acesso a essa modalidade de ensino.

No primeiro capítulo deste estudo foi mencionada uma revisão acerca da história, do sentido, do objetivo e da importância da EJA para garantir o acesso à Educação àqueles que não concluíram os seus estudos, com o intuito de reconhecê-la como direito humano e constitucional, já que sua oferta é prevista em leis e documentos de referências nacionais. Em seguida, o campo e algumas de suas características econômicas, culturais, sociais e educacionais, bem como sua representação e relevância social foram abordados, a fim de conhecer a história de movimentos, como o MST, que reconheceram a Educação como um dos princípios organizadores da sociedade, e que buscaram adaptar a forma de oferta da Educação às circunstâncias e às necessidades exigidas pelo campo para que essa educação tivesse êxito. Além disso, nesse capítulo houve a referência de que é no campo que se concentram índices elevados de pessoas que não concluíram os estudos ou que não tiveram acesso à Educação em idade regular, demonstrando a necessidade da oferta da EJA nesse espaço.

No terceiro capítulo, a relação existente entre a EJA e o campo foi abordada, com o objetivo de perceber formas como essa modalidade de ensino esteve no espaço referido e de identificar maneiras que contribuíram para que ela acontecesse. Também foram mencionados alguns dos documentos, das diretrizes e das referências que norteiam a organização da Educação no campo, e que são resultantes de seminários e encontros realizados entre movimentos sociais, originários do campo, e as políticas públicas voltadas a esse assunto, demonstrando como estas estão admitindo, mesmo que teoricamente, a necessidade da oferta da EJA no espaço referido. Os documentos citados revelaram meios pelos quais a oferta da EJA no campo pode acontecer, sugerindo ajustes e alterações quanto ao calendário escolar, quanto aos dias letivos, quanto à carga horária destinada ao trabalho educativo no campo, reconhecendo que modificações considerando esses e outros aspectos devem ser realizadas, uma vez que o campo possui suas especificidades de ensino e de

aprendizagem. Demonstrou também, as dificuldades para se oferecer a EJA nesse local, uma vez que sua oferta depende de políticas públicas que garantam o acesso das pessoas residentes nesse espaço à EJA, salientando a precariedade dessas políticas em relação ao que se refere ao campo. Por outro lado, o capítulo apontou para a metodologia relativa à Pedagogia da Alternância, sugerida pelo autor João Batista Queiroz em sua tese de doutorado, a qual também serviu de referência para a elaboração dessas políticas públicas, sendo considerada por setores e órgãos públicos, como o MEC, por exemplo, que tem admitido a elaboração da EJA como sua competência. Mais ainda, o capítulo mencionou a existência de dados relativos aos índices de analfabetismo e de pessoas que não concluíram os estudos em idade regular, associados por regiões do Brasil, os quais estão presentes nos documentos considerados neste estudo, como por exemplo, as *Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo*, a fim de reforçar a necessidade de se oferecer a EJA no campo, visto que sua população precisa dessa oferta e que a mesma população tem condições de, por meio dessa modalidade de ensino, evoluir nos vários aspectos que o campo apresenta, como na educação, na economia, na agricultura, sem, entretanto, abandoná-lo. O capítulo em questão apontou também para a necessidade de progresso das pessoas residentes no campo, nos aspectos mencionados anteriormente, salientando essa possibilidade e reconhecendo que a Educação no campo pode ter qualidade em seus processos desenvolvidos e que não seria preciso identificar a cidade como local onde a Educação de Jovens e Adultos “oferece qualidade”, se no campo houvesse sua oferta. Programas que demonstraram a possibilidade da qualidade da educação no campo foram mencionados, como o PROJOVEM, relativo à Pedagogia da Alternância, no intuito de exemplificar as ações educativas pertinentes a esse espaço.

Por fim, com a intenção de compreender os motivos pelos quais a EJA, na prática, não é oferecida no campo, este estudo especificou um exemplo de caso em que a prática educativa e a bibliografia referente ao assunto em questão demonstraram a necessidade dessa oferta e, através de questionamentos a um setor público relativo à Educação do município de Gravataí (SMED), averiguou as dificuldades presentes nesse espaço e nas políticas públicas destinadas a ele, a fim de identificar o porquê da inexistência da EJA no campo. Percebeu, então, que a justificativa maior para que a EJA não esteja no campo encontra-se na falta de demanda de alunos que busquem essa oferta. Porém, é relevante pensar que as pessoas residentes no campo, pelo menos na região especificada neste estudo, não estão habituadas a buscarem a execução de seus direitos, uma vez que estas nem os

reconhecem, como o acesso à EJA, por exemplo, fato que contribui para que as políticas públicas utilizem essa falta de demanda de alunos como argumento para não oferecerem a Educação de Jovens e Adultos a essa população.

Entrevistas com algumas pessoas residentes nesse espaço e relacionadas à escola em referida foram realizadas, para comprovar o interesse dessas pessoas em freqüentarem a EJA e suas necessidades de aprendizagem, uma vez que essas não concluíram os estudos em idade considerada adequada para isso. Também, questões referentes à formação de professores e ao caráter social da EJA foram salientadas, com o intuito de demonstrar como a EJA pode ser realizada e como o trabalho de seus docentes pode contribuir para que um perfil desse educador seja constituído, a fim de identificar suas características, bem como a possibilidade de os mesmos atenderem às necessidades inseridas nos processos educativos relacionados à EJA. Autores como Miguel Arroyo, Leôncio Soares, Sérgio Leite e Gaudêncio Frigotto foram citados, com o objetivo de ampliar os estudos referentes à EJA no campo e de entender as contribuições que esses pesquisadores já deram aos estudos relacionados ao tema aqui abordado.

Notou-se que as políticas públicas destinadas à Educação parecem estar assumindo um compromisso com a efetivação de projetos que visem à organização da EJA, já que ela não compõe mais um trabalho apenas voluntário ou social, mas sim, um dever do Estado e um direito de todos que não concluíram os estudos em idade própria para isso, fato que se volta àqueles que não tiveram possibilidade de estudar ou que, por algum motivo, afastaram-se dela, como acontece com os moradores do campo.

Diante do exposto, é possível constatar que a EJA deve ser entendida como um direito dessas pessoas e que cabe ao Estado garantir a sua oferta. No espaço relativo ao campo, essa oferta amplia sua importância, uma vez que as pessoas residentes ali precisam ter acesso à EJA, a fim de se desenvolverem nesse espaço, para que ele não seja abandonado e para que a sociedade em geral, não sofra as conseqüências dessa atitude, bem como para contribuir com a formação individual e social dessas pessoas. É necessário entender que, se há condições que não favoreçam a oferta da EJA no espaço citado, então políticas educativas que busquem diminuir as dificuldades encontradas, devem ser elaboradas, como aconteceu com o uso da Pedagogia da Alternância, com o objetivo de tornar possível essa oferta. Como salienta Leôncio Soares (2006, p. 287), ao tratar desse assunto, *“é preciso avançar no campo conceitual, tendo como foco o jovem e o adulto concreto, como sujeitos de direitos e não de favores.”*

Referências

ALBANO, Volney. SEMINÁRIO – EDUCAÇÃO DO CAMPO Assessoria/Seduc-MT
Texto extraído do Site da Seduc em 21/05/2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. POR
UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14303%3Ane-atribuicoes&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=754. Acesso em 05/07/2012

EDUCAÇÃO, Ministério da; Grupo Permanente de Trabalho. REFERÊNCIAS PARA
UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Brasília: Esplanada dos
Ministérios, 2003.

EDUCAÇÃO, Secretaria de. RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS – SE/RS. Porto Alegre: DEJA/DP/SE, 2003/2006.

FEDERAL, Senado. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
Edições Técnicas: Brasília, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. FAZENDO PELAS MÃOS A CABEÇA DO TRABALHADOR: o
trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. Cad. Pesqui. [online]. 1983,
n.47, pp. 38-45. ISSN 0100-1574. Disponível em
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010015741983000400004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 05/07/2012.

LEI DE DIRETRIZES E BASES - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.
Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 05/
07/2012.

LEI FEDERAL 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
CEDICA-RS, 1990.

REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&output=search&client=psyab&q=Reforma+Agr%C3%A1ria&oq=Reforma+Agr%C3%A1ria&gs_l=hp.12...413203.413203.0.415172.1.1.0.0.0.0.0.0...0.0...1c.v3UQRkWmnRQ&pbx=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.&fp=dbd2210e737cfabe&biw=1024&bih=576. Acesso em 05/07/2012.

RIBEIRO, Marlene. ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, 2008.

ROSA, Ana Paula; SIQUEIRA, Valmir Ascheroff de (Organizadores). LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LEI 9394 DE 20-12-96 São Paulo: Editora Esplanada, 1998. Disponível em http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm. Acesso em 03/08/2012.

SOARES, Leôncio. APRENDENDO COM A DIFERENÇA. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Leôncio. FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS. Brasília: SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Esplanada dos Ministérios, 2006. Disponível em

<http://eeanamariatissianioliveira.blogspot.com.br/2011/05/seminario-propoe-modelos-diferenciados.html>

<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI6135282-EI8266,00-MEC+divulga+dados+preliminares+do+Censo+Escolar.html>

http://www.educareaprender.com.br/Ensino_artigos.asp?RegSel=1&Pagina=2#materia

SILVA, Luís Inácio Lula da. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Brasília, 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 08/10/2012.

Anexos

Questionário destinado à SMED

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Especialização em EJA e Educação de Privados de Liberdade
Faculdade de Educação - FACED
Professora Laura Souza Fonseca
Estudante Débora da Silva Olivo

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista estruturada como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso **“EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”**, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dados de identificação

Nome(opcional):

Tempo de Magistério no setor da EJA: menos de 1 ano na coordenação da EJA.

Cargo exercido: Coordenação e Assessoria na EJA.

A fim de refletir sobre os processos educativos e políticos envolvidos na oferta da EJA no Campo, e com o intuito de propor alternativas que viabilizem essa oferta neste local, considerando a cidade de Gravataí, são propostas as seguintes questões:

1. Quantas escolas do campo, em Gravataí, oferecem EJA à população rural?

Nenhuma.

2. Quais impedimentos são encontrados ao se tentar oferecer a EJA na zona rural?

Não há conhecimento acerca dessa tentativa, visto que, até o presente momento, não houve manifestação de pessoas interessadas em freqüentar a EJA. O que se

imagina, é que não haja demanda de alunos para que ela seja ofertada.

3. Sabendo que há interesse da população do campo em frequentar a EJA, é possível dizer que essa modalidade de ensino é oferecida nesse local? Se não, por quê?

No campo, não há EJA devido à falta de demanda de alunos. Há 10 escolas urbanas que oferecem a EJA.

4. Como se efetivam as políticas de governo dedicadas à Educação de Jovens e Adultos no campo?

Não tem política.

5. Quais propostas político-pedagógicas elaboradas pela SMED contemplam a EJA?

As políticas não se aplicam à EJA no campo por não haver essa oferta e por não ter sido ainda incentivada a ser ofertada.

6. Que medidas são providenciadas a fim de garantir a permanência dos alunos nas escolas do campo, principalmente na EJA?

Não há medidas por não haver EJA no campo.

7. Quais referências são utilizadas na elaboração de projetos político-pedagógicos para a EJA do campo?

Na zona urbana, a escola está situada onde os alunos têm acesso. Na rural, os alunos é que precisam procurar o lugar onde ela está. Os valores são diferenciados.

8. Considerando o espaço do campo, quem pode ser chamado de *Educando*?

Ser Educando está além dos limites da escola.

9. Qual é o perfil do professor destinado ao trabalho da EJA no Campo?

Não há professor porque não há EJA.

10. Há alguma seleção de profissionais da EJA que considere as especificidades do Campo? Como ela é feita? E por quem?

**Pergunta não realizada.*

11. Você considera a EJA como uma modalidade de ensino “marginalizada” na elaboração de propostas pedagógicas ou nas políticas públicas a ela relacionadas? Por quê?

Sim, é possível reconhecer que o campo é deixado de lado nas propostas pedagógicas, uma vez que o foco, a prioridade dessas propostas é a zona urbana.

12. O que, na sua opinião, poderia ser feito para que a oferta da EJA se tornasse efetiva no campo, lugar onde ela é indispensável, visto que há nele índices elevados de pessoas com baixa escolaridade?

Poderia ser feito um levantamento de dados que comprovassem a necessidade da oferta da EJA no campo, a fim de serem levados à discussão com a SMED, para se pensar na possibilidade dessa oferta. Mas é preciso ressaltar que um bom investimento financeiro deverá ser feito, pois será preciso contratar professores, guardas municipais, providenciar material didático...

Grata por sua colaboração,

Débora da S. Olivo

27/07/2012

Questionário destinado à população camponesa

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade: 40 anos Sexo: () M (x) F Cor: (x) Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você freqüentou a escola até a 4ª série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

Não tinha condição financeira, como comprar material e pagar passagem

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

Sim. Para renovar meus conhecimentos

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você freqüentaria as aulas?

Sim

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

Falta de transporte e de escolas que abram as portas para nós

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

Não

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade:22..... Sexo: () M (X) F Cor: (X) Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a4^a..... série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

.....Para ~~o~~ cuidar da minha avó que vivia
.....doente e só tinha eu para cuidar dela.....

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

.....Sim porque estudei muito pouco.....

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

.....Sim eu frequentaria.....

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

.....ter que ter transporte para ~~de~~ levar e trazer.....

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

.....Não sei.....

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade: 53..... Sexo: () M (X) F Cor: () Branca () Preta (X) Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a 4ª..... série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

Porque na época eu não tinha dinheiro para pagar a escola.

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

Sim, gostaria, a escola é boa, mas não volta porque falta dinheiro.

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

Sim, gostaria.

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

Porque a escola é longe e a transporte não tem como ir.

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

PROFESSORES.

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade: 42..... Sexo: () M () F Cor: (x) Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a 5ª série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

~~Fiquei~~ estava Grávida

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

Porque o estudo faz muita falta
gostaria muito de ter uma nova oportunidade

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

sim com muita vontade

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

transporte

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

não sei mas gostaria muito de saber

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade:39..... Sexo: () M F Cor: Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a6º..... série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

.....Meu pai faleceu e minha mãe me colocou para trabalhar......

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

.....Gostaria, para ter outras oportunidades......

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

.....Com certeza.....

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

.....O transporte, distância de minha casa até a escola......

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

.....
.....

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade:18..... Sexo: M () F Cor: Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a ...6^ª..... série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

.....Porque comecei trabalhar.....
.....

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

.....Sim porque faz falta.....
.....

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

.....Sim.....
.....

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

.....condição.....
.....

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

.....Não.....
.....

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade: ...29..... Sexo: () M F Cor: Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a 7^ª..... série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

a grandes do minha filha por ter que precisar de minha atenção

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

sim por que eu gostaria de concluir o restante do estudo

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

sim

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

o meio de transporte

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

eu acho que deve ser a Prefeitura

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade: 33..... Sexo: () M (X) F Cor: (X) Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a9ª... série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

S.A.I. D.A. ESCOLA PARA TRABALHAR
.....
.....

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

S.I.M. PORQUE O ESTUDO FAZ MUITA FALTA
.....
.....

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

S.I.M
.....
.....

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

A.C.H.O. QUE A DISTANCIA E A FALTA DE TRANSPORTAÇÃO
.....
.....

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

NÃO
.....
.....

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade: 30..... Sexo: () M () F Cor: () Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você freqüentou a escola até a 1.ª ano série.
do 2º grau

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

Na época por falta de dinheiro para comprar os livros, para pagar as passagens. Tive que trabalhar.

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

Sim, gostaria de ter acesso a uma escola que le em-
fise nos meus horários de trabalho. Tem que
ser uma escola que não exija freqüência, a não ser
que seja só aos sábados.

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você freqüentaria as aulas?

Sim.

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

Os valores, e muitas vezes a disponibi-
lidade de tempo.

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

Não.

Obrigada pela colaboração!

Proposta de estudo a respeito da oferta da EJA no Campo, considerando a cidade de Gravataí/RS.

Ao cumprimentá-lo/a apresento esta proposta de entrevista como coleta de dados para o Trabalho de conclusão de curso “EJA: UM CAMPO DE ESTUDO”, realizado pela acadêmica Débora da Silva Olivo, estudante do Curso de Especialização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Idade: 17..... Sexo: () M (X) F Cor: (X) Branca () Preta () Parda () Outra

Escolaridade: Você frequentou a escola até a 1ª ano série.

Que motivos levaram você a não concluir os estudos?

Problemas na família que acaba dificultam o meu acesso à escola.

Você gostaria de ter acesso à escola novamente? Por quê?

Sim, porque, sem estudos hoje em dia não se consegue mais nada, então eu quero voltar a estudar o mais rápido possível para conseguir alcançar minhas metas.

Se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) fosse oferecida na zona onde você mora, você frequentaria as aulas?

Sim, sem dúvidas, o que eu mais quero é voltar pra escola, me formar e ter alguém marida.

Que fatores você acha que dificultam a oferta da EJA no campo?

A localização e a falta de transporte.

Você sabe quem é responsável pela oferta da EJA?

Não.

Obrigada pela colaboração!